

ESPACIALIDADE DO CORPO E ATIVISMOS SOCIAIS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

the body spatiality and social activism in contemporary city

Angelo Serpa *

Resumo

Neste ensaio busca-se discutir a espacialidade do corpo na cidade contemporânea, partindo-se da análise da relação entre as redes sociais virtuais e os espaços urbanos concretos, expressa em manifestações que tomaram as ruas das cidades brasileiras em junho de 2013. Defende-se o pressuposto de que são as redes sociais virtuais que expressam as ruas e não o contrário (RISÉRIO, 2013), a partir do exemplo do movimento Desocupa Salvador. O Desocupa Salvador é analisado como um ativismo social em interação com movimentos sociais mais abrangentes, o que o caracteriza também como um coletivo em rede articulado a partir de contatos horizontais viabilizados pelas redes sociais atuantes no espaço virtual da internet. Por fim, conclui-se que o processo de reterritorialização de corpos nas ruas das cidades brasileiras através das manifestações aponta novos caminhos para a construção de uma “política emancipadora”, como a define Harvey (2004), já que o espaço virtual das redes sociais não elimina a importância dos espaços públicos concretos, ao tempo em que evidencia uma dialética entre corpos desterritorializados frente a uma tela e corpos reterritorializados na rua.

Palavras-Chave: Espacialidade do corpo, Redes sociais virtuais, Ativismos sociais, Rua, Espaço público.

Abstract

This essay seeks to argue the body spatiality in contemporary city from the analyses of the relationship between virtual social networks and the concrete urban spaces as it was expressed in the manifestations that happened on Brazilian cities streets on June, 2013. It stands up for the assumption that it is the virtual social networks that express the street manifestations and not the other way about (RISÉRIO, 2013), from the example of the Desocupa Salvador movement. The Desocupa Salvador is analyzed as a social activism in interaction with broader social movements, which characterizes it as a collective network articulated from horizontal contacts made possible by social networks present in virtual space. Finally it concludes that the process of body re-territorialism in the Brazilian cities streets through the manifestations shows new ways for the building of an “emancipatory politic” as Harvey (2004) defines since the virtual space of social networks does not eliminate the importance of concrete public spaces, and also evidences one dialectic of desterritorialized bodies in front of a screen and reterritorialized bodies on the street.

Key words: Body spatiality, Virtual social networks, Social activism, Street, Public space.

Résumé

Cet essai vise à discuter la spatialité du corps dans la ville contemporaine, à partir de l'analyse de la relation entre les réseaux sociaux virtuels et les espaces urbains concrets, exprimée dans les manifestations qui ont occupé les rues des villes brésiliennes en Juin 2013. On défend l'hypothèse selon laquelle sont les réseaux sociaux virtuels qui expriment les rues et non l'inverse (Risério, 2013), à partir de l'exemple du mouvement Desocupa Salvador. Le Desocupa Salvador est analysé comme un activisme social en interaction avec les mouvements sociaux plus larges, ce qui le caractérise également comme un collectif articulé à partir des contacts horizontaux rendues possibles par les réseaux sociaux opérant dans l'espace virtuel de l'Internet. Enfin, il est conclu que le processus de reterritorialisation des corps dans les rues des villes brésiliennes à travers des manifestations souligne des nouvelles façons de construction d'une «politique libératrice» au sens de Harvey (2004), déjà que l'espace virtuel des réseaux sociaux n'élimine pas l'importance des espaces publics concrets, au temps que met en évidence une dialectique entre les corps déterritorialisés devant un écran et des corps reterritorialisés dans la rue.

Mots-clés: Spatialité du corps, Réseaux sociaux virtuels, Activisme social, Rue, Espace public.

(*) Bolsista Produtividade do CNPq e Prof. Dr. da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia - Rua Barão de Geremoabo, s/n, Campus Universitário de Ondina, CEP: 40170-290, Salvador (BA), Brasil. Tel/Fax: (+ 55 71) 3283 8569 / 3283 8526 - angserpa@ufba.br

INTRODUÇÃO

Para sublinhar a profundidade da crise urbana atual, bem como a perplexidade e a incerteza que a acompanham, o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre propôs, em uma de suas obras (“A revolução urbana”), uma confrontação radicalmente dialética de argumentos a favor da rua, mas também contra ela. Entre os argumentos favoráveis à rua está aquele que a define como lugar do encontro, do movimento, da mistura. A rua contém aquelas funções negligenciadas pelo modernismo de Le Corbusier: informativa, simbólica e lúdica. Lugar da “desordem” ou da possibilidade de uma “nova ordem”, do acontecimento revolucionário e da troca pelas palavras e signos (LEFEBVRE, 2004).

Contra a rua, poder-se-ia dizer, sob essa ótica, que se tornou o lugar privilegiado da repressão possibilitada pelo caráter “real” das relações que aí se estabelecem. O passar pela rua é ao mesmo tempo obrigatório e reprimido. Se a rua já foi o lugar de encontro por excelência, hoje se converte em rede organizada pelo/para o consumo, em passagem de pedestres encurralados e de automóveis privilegiados, em transição obrigatória entre o trabalho, os lazeres programados e a habitação. Embora palco para os grandes eventos permitidos e estimulados pelo poder público (carnaval, shows, espetáculos, festivais), é também objeto das forças repressivas que impõem o silêncio e o esquecimento à verdadeira apropriação: a da “manifestação” efetiva.

Jane Jacobs, nos anos 1960, publicou uma obra também emblemática nos Estados Unidos – “Morte e vida de grandes cidades” – na qual defende que as ruas e calçadas são os “órgãos mais vitais” de uma cidade. Entre suas funções estaria a manutenção da segurança urbana: para Jacobs, os casos de violência em uma rua ou um distrito faz com que as pessoas temam e “usem” menos esses espaços, tornando-os ainda mais inseguros. Ou seja, esvaziar as ruas, evita-las, se autosegregar em shoppings e condomínios fechados é, ao contrário do que pressupõe o senso comum, a pior maneira de vencer a delinquência e a criminalidade. Só ocupando as ruas e reforçando as redes de controle social cotidiano é possível combater de fato o que chamamos de “violência urbana” (JACOBS, 2003).

As manifestações ocorridas em junho de 2013 nas cidades brasileiras mostraram a força das ruas e as possibilidades que esses espaços oferecem para a vida urbana em seu sentido mais político e social. Demonstrem também que a dialética entre ordem e desordem que se expressa em tais manifestações talvez seja necessária para a articulação de novas formas de organização da vida urbana, revelando ainda os limites e desafios para todos aqueles que desejem se reapropriar desses espaços. Hoje, ao que parece, a atitude mais revolucionária e radical de um cidadão é exatamente a volta às ruas, sua ocupação! “Saia da frente da tela e venha para as ruas você também”, eis um dos lemas principais dos manifestantes no Brasil.

A retomada das ruas em tempos de redes sociais virtuais é o fato mais alvissareiro que emergiu dos eventos juninos. Em artigo publicado no jornal A Tarde, em Salvador, o articulista Antônio Risério traça uma interessante relação entre as redes sociais virtuais e as ruas, destacando um processo de retroalimentação positiva entre os mundos real e virtual (RISÉRIO, 2013, p. A2). Salvador, aliás, é vanguarda em ativismos assim, basta lembrar do movimento Desocupa, que começou nas redes sociais em defesa de uma praça no bairro de Ondina, localizado na orla atlântica da cidade, e se expandiu para abarcar outras esferas e dimensões. Voltaremos a esse assunto mais adiante.

Esses ativismos que se manifestam nas ruas brasileiras contrariam a ideia de que, na cidade contemporânea, não existiria mais “aqui”, tudo seria “agora”, em decorrência da compressão do tempo e da aceleração das velocidades. De que tudo aconteceria sem que fosse necessário ir ao encontro dos seres à nossa volta, ir aos lugares que nos rodeiam. A interação virtual parecia superar, para alguns teóricos sociais como Paul Virilio (1999), toda ação e todo ato concreto. No entanto, essas manifestações vêm extrapolando o espaço virtual em direção aos espaços urbanos “concretos”, dando novos sentidos aos ativismos sociais urbanos, como coletivos articulados em rede que tecem sua trama na cidade.



Importa agora pensar, neste contexto, que consequências essa retomada das ruas tem para a territorialização da cidade pelo corpo (ou, em outras palavras, a espacialização do corpo na cidade), evidenciando também uma dimensão concreta e sensorial para as estratégias de apropriação dos espaços urbanos. O que representaria afinal essa (re)inserção dos corpos na cidade para além das dimensões políticas e sociais envolvidas nessas manifestações? O que significaria a reterritorialização de corpos desterritorializados não só pela intensificação das relações virtualizadas, mas também pelo medo, pela segregação e pela violência urbana em todas as suas formas?

A ESPACIALIDADE DO CORPO

Para discutir o corpo (re)inserido na cidade é preciso antes de tudo admitir, com Merleau-Ponty, que o espaço corporal e o espaço exterior constituem uma unidade dialética, um sistema prático, e que “é evidentemente na ação que a espacialidade do corpo se realiza, e a análise do movimento próprio deve levar-nos a compreendê-la melhor”. É, sobretudo, a consideração do corpo em movimento que permite a compreensão de como esse corpo habita um espaço (e também um tempo), “porque o movimento não se contenta em submeter-se ao espaço e ao tempo, ele os assume ativamente, retoma-os em sua significação original, que se esvai na banalidade das situações adquiridas” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 149).

O corpo em movimento na cidade, em suas estratégias de apropriação dos espaços urbanos, constitui uma experiência, revelada “sob o espaço objetivo, no qual finalmente o corpo toma lugar, uma espacialidade primordial da qual a primeira é apenas o invólucro e que se confunde com o próprio ser do corpo”. Para Merleau-Ponty, o ser corpo “é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está primeiramente no espaço: ele é no espaço” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 205). Isto sublinha também o corpo como “aberto e poroso ao mundo”, embora não seja esse em geral o modo de ver o corpo na tradição ocidental dominante, como nos lembra o geógrafo David Harvey (2004, p. 138).

Se o corpo só “é” no espaço, se o “ser corpo” é sempre “ser corpo no mundo”, precisamos também admitir que o espaço e o mundo são construções humanas e não externalidades objetivas e estritamente “materiais”. Espaço e mundo se constituem, portanto, dialeticamente enquanto produto e processo, enquanto experiência humana corporificada. Por outro lado, se o corpo não é uma entidade “fechada e lacrada”, mas algo relacional, criado, delimitado e sustentado por fluxos espaço-temporais e múltiplos processos, então “o conjunto de atividades performativas disponíveis ao corpo num dado tempo e lugar não são independentes do ambiente tecnológico, físico, social e econômico em que esse corpo tem de ser” (HARVEY, 2004, p. 137).

Mas a humanidade não é uma soma de indivíduos, como ensina Merleau-Ponty, muito menos um ser único no qual a pluralidade dos indivíduos estaria fundida e destinada a se incorporar (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 49-50). O mundo, o espaço e a cidade são construções humanas plenas de relações entre sujeitos, construções radicalmente intersubjetivas. Afinal, “só sentimos que existimos depois de já ter entrado em contato com os outros, e nossa reflexão é sempre um retorno a nós mesmos que, aliás, deve muito à nossa frequência do outro” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 48).

Sob essa ótica, só conheço os outros seres humanos por meio de seus gestos, de suas palavras, de seus olhares, ou seja: só posso conhecê-los através de seus corpos: “os outros são para nós espíritos que habitam um corpo, e a aparência total desse corpo parece-nos conter todo um conjunto de possibilidades das quais o corpo é a presença propriamente dita” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 43).

Voltemos às questões inicialmente colocadas: como compreender os processos de desterritorialização/reterritorialização dos corpos nas cidades contemporâneas? O que se compreende afinal por “des” / “re”-territorializações? Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que um processo de territorialização efetiva só ocorre quando nos apropriamos material e simbolicamente de um substrato espacial referencial. Territorializar é se apropriar também corporalmente do espaço, é, no fundo,



criar/produzir espaço. Ao falar de desterritorialização de corpos pelas redes sociais virtuais, nos utilizamos de uma imagem, de uma representação de um ser humano isolado, frente a uma tela, que não se relaciona mais intersubjetivamente com outros seres humanos através de seu corpo em toda sua potencialidade. Obviamente, há ali um corpo e sensações corporais, no entanto mediados por telas e redes virtuais frente a outros corpos ausentes, mas, no entanto, presentes virtualmente.

Porém, não podemos entender as redes sociais virtuais apenas como elementos desterritorializantes, como “destruidoras de territórios”, já que “uma combinação articulada de redes (...) pode ser a base de um processo de (re)territorialização, ou seja, de formação de novos territórios” (HAESBAERT, 1997, p. 94). E é isso precisamente o que vem ocorrendo nos novos ativismos urbanos, como já mencionado na introdução deste ensaio: a desterritorialização dos corpos via redes virtuais os reterritorializa via manifestações nos espaços urbanos concretos, em um processo de retroalimentação positiva, como passamos a analisar mais pormenorizadamente a seguir.

MOVIMENTO E CONTRA-MOVIMENTO

Retornemos agora às ideias de Paul Virilio, para quem a rapidez global das telecomunicações substituiu paulatinamente a rapidez local dos meios de comunicação, para quem caminhamos para a inércia e a esterilidade do movimento, afirmando que “cada vez que inauguramos uma aceleração, não apenas reduzimos a extensão do mundo, mas esterilizamos também os deslocamentos e a grandeza dos movimentos, tornando inútil o gesto do corpo locomotor” (VIRILIO, 1999, p. 119).

O mundo virtual de Virilio é sombrio e sem corpo, feito de “milhões de internautas espalhados por todo o mundo, comunidades de crentes ‘telepresentes’ uns aos outros graças à instantaneidade e em breve também à ubiquidade eletrônica das câmeras on line” (VIRILIO, 1999, p. 115). Ele se questiona sobre o que restaria então da importância histórica do espaço público da cidade, “na era desta metacidade em que reina a imagem pública” (idem, ibidem).

O mundo das sombras de Virilio é contraposto de modo contundente pela visão otimista de Antônio Risério, em seu artigo, já mencionado, intitulado “Entre as redes e as ruas” (RISÉRIO, 2013, p. A2). Comentando as manifestações de junho de 2013 nas ruas das cidades brasileiras, Risério afirma que “da rede à rua, gentes se mobilizam de um dia para outro. Da rua à rede, alguém logo ao chegar em casa, pode postar uma foto que sensibilize milhares de pessoas” (idem, ibidem). Isso coloca para nós uma nova realidade, de “espaços essencialmente reversíveis”. No contexto discutido aqui, da re-inserção do corpo na cidade, interessa particularmente a afirmação de que a “rua é o lugar do coração batendo, do sangue circulando, da respiração percebida, da emoção”, em contraponto ao (e também em relação com o) espaço virtual dos signos e do discurso (idem, ibidem).

Ainda nesse contexto, Risério defende a ideia de que “na rua o que conta é a leitura do espaço e a inteligência do corpo” (idem, ibidem). Ou seja, confluindo para a posição também defendida aqui de que a rua é o espaço por excelência da plenitude do corpo, para corpos em situação, construindo/criando espaços de intersubjetividade no “corpo a corpo” sem mediações. Então, ao contrário do que prognosticou Virilio, há uma interação entre redes e ruas que se retroalimentam de modo a criar novas possibilidades de manifestação no espaço público na cidade contemporânea, cabendo ressaltar, concordando mais uma vez com Risério, que não são as redes sociais virtuais que criam essas novas formas de ativismos urbanos, mas as “condições objetivas e subjetivas da vida de todos nós que estão na base de tudo. As redes, socializando o cotidiano das pessoas, permitem que esses movimentos (...) se manifestem” (idem, ibidem). Sob essa ótica, seriam as redes que expressam as ruas e não o contrário!

AS REDES QUE EXPRESSAM AS RUAS E NELAS SE MANIFESTAM: o Desocupa Salvador

O movimento Desocupa Salvador foi às ruas a primeira vez em 2012 para se manifestar contra a privatização de uma praça à época recentemente reformada e “entregue” à população. Logo



depois de inaugurada, a mesma empresa que financiou a reforma cercou o espaço com tapumes para a montagem de camarote (Figura 1). E isso quase dois meses antes do carnaval! A manifestação, convocada através das redes sociais, correu o risco de não acontecer, já que a empresa, a do camarote, conseguiu liminar com uma juíza, que acatou os argumentos dos empresários de que os manifestantes poderiam depredar ou ocupar o espaço privado, em construção. Advogados e juristas entraram em campo para afirmar que a manifestação era legal e poderia acontecer de forma pacífica, dando força aos manifestantes que não se intimidaram com as ameaças de processos e prisões (Figura 2).



Figura 1 - Tapumes para montagem de camarotes
Foto: Acervo Coletivo Cruéis Tentadores.

Salvador, como outras metrópoles do Brasil e do mundo, vem conduzindo políticas de “requalificação urbana” seletivas e segregacionistas, que reforçam e tornam visíveis as desigualdades sócio-espaciais no tecido urbano-metropolitano. Esta é também a lógica de programas desenvolvidos desde 1997 pela prefeitura municipal de adoção de praças, áreas verdes, monumentos e espaços livres. Uma análise dos espaços “adotados” pela iniciativa privada desde então corrobora a tese do desinteresse por praças e parques localizados em áreas populares da cidade. A adoção concentra-se nas regiões administrativas com população de maior poder aquisitivo e escolaridade (SERPA, 2007).

Os espaços adotados acabam funcionando como grandes outdoors tridimensionais, como estratégia de publicidade das empresas “adotantes”. Por meio do programa, a iniciativa privada pode manter os espaços públicos e, em contrapartida, placas com o nome das empresas são colocadas nas praças, parques ou avenidas adotados. As empresas não precisam ter gastos contínuos, podendo optar por recuperar os espaços e deixar sua manutenção por conta da prefeitura. Durante o processo de adoção, a prefeitura se encarrega de elaborar um projeto de recuperação e o encaminha à empresa interessada. É a Superintendência de Parques e Jardins quem fiscaliza o cumprimento dos contratos pelas instituições adotantes. O programa não é inédito no país e existe em outras cidades do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco.





Figura 2 - Manifestantes no Desocupa Salvador, 2012

Foto: Acervo Coletivo Cruéis Tentadores.

Do carnaval de Salvador, já sabemos que as últimas décadas marcaram uma privatização contínua e, ao que parece, irreversível, da festa, dominada por interesses privados de alguns blocos e empresas, que montam e administram camarotes luxuosos, “exclusivos” e caros para o bolso da maioria da população soteropolitana (DIAS, C., 2002). A praça em Ondina, adotada por uma dessas empresas de camarotes, faz convergir os dois processos: privatização do espaço público e da folia momesca. Nos cartazes, placas e faixas dos manifestantes do “Desocupa!”, a indignação foi traduzida com muito humor: “Ocupa Carnaval – Popular ou Empresarial?”; “Vende-se este terreno”; “Zona de Perigo”; “Faça-se a luz para esclarecimento do povo”... Na manifestação, não se registrou nenhuma espécie de conflito ou violência, ao contrário, o humor e a irreverência, com pitadas de engajamento político, marcaram o evento, demonstrando a maturidade dos participantes.

O movimento Desocupa Salvador se complexificou a partir daí, agregando novas pautas e temáticas, se abrindo para o restante da cidade e, claro, incorporando novos integrantes e interesses, politizando de modo mais explícito suas reivindicações. A criação de grupos técnicos no interior do movimento, assim como a aproximação de entidades como a OAB, o IAB e o CREA, indicam uma maior institucionalização das ações do Desocupa, fato este que não pode ser considerado prejudicial ao movimento, como um a priori. Afinal, a questão central parece ser aqui como ativismos e movimentos sociais podem dialogar com partidos políticos, sindicatos e governos em um regime de democracia representativa com maior participação popular.

Preferimos aqui caracterizar o Desocupa Salvador como um ativismo social em interação com movimentos sociais mais abrangentes, o que o caracteriza também como um coletivo em rede articulado a partir de contatos horizontais viabilizados pelas redes sociais atuantes no espaço virtual da internet. Como destacado por Souza (2009, p. 9-10), “‘movimento’ é um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras particularmente ambiciosas”; para o autor, no que concordamos aqui em nossa análise, o conceito intermediário entre ação coletiva e movimento é ativismo social.

O Desocupa recoloca a questão do espaço público contemporâneo, em uma cidade como Salvador, com profundas desigualdades socioespaciais, inclusive no tocante ao acesso à técnica (SERPA,

2011). Por ser um ativismo originado em um bairro de classe média, o acesso à técnica aqui não foi empecilho para a consolidação de sua atuação, a partir, justamente, do espaço virtual da rede mundial de computadores, em direção aos espaços públicos “reais” da cidade, redimensionando inclusive a ideia de esfera pública urbana através do uso da técnica e da tecnologia.

Como em outras ocasiões (SERPA, 2007, 2011), retoma-se aqui de modo tangencial a questão do papel do espaço público na cidade contemporânea, assim como a indagação se as táticas de apropriação dos meios de comunicação representam de fato indícios da constituição de uma esfera pública urbana renovada, mais acessível, participativa e democrática. Defendemos que sim, embora esses indícios não cheguem a colocar em xeque críticas contundentes aos meios de comunicação de massa – incluindo aqui, é claro, a rede mundial de computadores, dominada, de modo geral, por grandes conglomerados de empresas – e ao senso comum de que as novas tecnologias, por si mesmas, geram mais participação/mobilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento Desocupa Salvador é, portanto, uma mobilização que tomou corpo através da internet; organizada coletivamente, sobretudo, através das redes sociais, como o facebook. Esse tipo de mobilização é conhecido como flash mob, ou “mobilização instantânea”, utilizado para diferentes objetivos. Essas mobilizações instantâneas colaboraram, por exemplo, para as manifestações populares iniciadas em 2010 contra regimes ditatoriais na Tunísia, no Egito e na Líbia, no fenômeno conhecido como “Primavera Árabe”.

Martins (2013) demonstra que há uma grande diversidade dos locais de ocorrência dos flash mobs: uma estação de trem, como a Grand Central em Nova York, um vagão de metrô na mesma cidade, uma grande Avenida – a Michigan, em Chicago, durante show de Hip Hop, em Wall Street (coração financeiro de Nova York), uma praia de Coney Island (Brooklyn) ou um parque de caminhada e recreação (em Cuiabá). O fato de grande parte dos flash mobs analisados na dissertação de mestrado de Martins ocorrerem em uma cidade como Nova York, uma “cidade global”, importante nó da rede urbana mundial que concentra poder e capital, coloca em outros termos a questão da hierarquia urbana, já que, ao que parece, a lógica de localização dos flash mobs não é de modo algum aleatória ou de caráter não-hierárquico. Os mobs parecem ocorrer preferencialmente em cidades metropolitanas, cabeças de redes urbanas em contextos nacionais, regionais ou mesmo mundiais, como é o caso de Nova York.

Trata-se, sob a ótica das ciências sociais de um “coletivo em rede”, ou seja, de “conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizadas através de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta”, como afirma Scherer-Waren (2007, p. 35). Admite-se que estes coletivos possam se constituir em “segmentos ou subsegmentos (nós) de uma rede mais ampla de movimentos sociais” (SCHERER-WAREN, 2007, p. 35). Os coletivos em rede poderão ser, portanto, “formas solidarísticas ou estratégicas de instrumentalização das redes de movimentos, seja em sua forma virtual (...) ou em forma presencial” (SCHERER-WAREN, 2007, p. 36).

Para Dias (2007, p. 18), “com a explosão das técnicas reticulares, especialmente as redes de comunicação – como a internet –, a rede é representada como organismo planetário e parece desenhar a infraestrutura de uma sociedade, ela mesma pensada como rede”. Mas, a autora alerta, baseando-se em Milton Santos (1996), que as redes são antes sociotécnicas que técnicas, não se podendo ignorar o conjunto das ações viabilizadas por elas, já que é preciso compreender a interação entre redes e territórios, o que pressupõe reconhecer que “estamos diante de duas lógicas distintas (...) De um lado, a lógica das redes. (...) De outro lado, a lógica dos territórios” (DIAS, 2007, p. 20).

Por fim, cabe ressaltar que se trata aqui de refletir como corpos se re-territorializam na cidade, se apropriando dos espaços urbanos, se manifestando nos espaços públicos. Esses corpos que se



reterritorializam são corpos com abstinência de rua, colocando para as ciências humanas e sociais, e especialmente para as disciplinas territoriais como a Geografia, a necessidade de refletir sobre a dialética entre corpos desterritorializados frente a uma tela e corpos reterritorializados na rua.

Esse processo de reterritorialização de corpos nas ruas das cidades brasileiras através das manifestações aponta novos caminhos para a construção de uma “política emancipadora”, como a define Harvey (2004), vendo o corpo como um nexos por meio do qual se poderia abordar as possibilidades e os limites dessa política. Para criar condições para analisar esses processos “o estudo do corpo tem de basear-se na compreensão das relações espaço-temporais concretas entre práticas materiais, representações, imaginários, instituições, relações sociais e estruturas vigentes de poder político-econômico” (HARVEY, 2004, p. 178).

O espaço virtual das redes sociais não elimina a importância dos espaços públicos concretos, não decreta o fim da Geografia e dos constrangimentos espaciais. Ao contrário, interage com eles e ao mesmo tempo enfatiza a necessidade de uma reflexão sobre os espaços vividos e cotidianos, sobre a importância do lugar e dos processos de apropriação espacial, em toda sua complexidade, no período atual.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- DIAS, C. **Carnaval de Salvador: Mercantilização e produção de espaços de segregação, exclusão e conflito**. 2002. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- DIAS, L. Os sentidos da rede: Notas para a discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.) **Redes, sociedades e territórios**. 2. Ed. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2007, p. 11-28.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MARTINS, F. G. P. **Flash mob: práticas midiáticas e a intervenção urbana em tempos de cibercultura**. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MERLEAU-PONTY, M. **Conversas - 1948**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RISÉRIO, A. Entre as redes e as ruas. **Jornal A Tarde**. Salvador, 20/7/2013, p. A2.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHERER-WAREN, I. Redes sociais: Trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.) **Redes, sociedades e territórios**. 2. Ed. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2007, p. 29-50.
- SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SERPA, A. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SOUZA, M. L. de. A “Nova Geração” de Movimentos Sociais Urbanos – E a Nova Onda de Interesse Social pelo Assunto. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 6, n. 9, p. 9-26, 2009.
- VIRILIO, P. **A Bomba Informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

Trabalho enviado em outubro de 2013
Trabalho aceito em novembro de 2013